

11 JUN 1985

JORNAL DO BRASIL

O carrossel de fogo de Sarney

O Presidente José Sarney vai submeter, a partir desta semana, a proclamada precariedade política do seu Governo a um seriado de testes que começa amanhã, com a votação pelo Congresso da emenda constitucional do Deputado



Gastone Righi, convocando a Constituinte para 86 e do projeto que estende a exigência de maioria absoluta para a eleição deste ano de prefeito das capitais.

Duas típicas provas de fogo e que podem definir o destino do Governo, afirmando, de repente, uma estabilidade surpreendente ou, ao contrário, pondo a nu uma fraqueza dessas que não mantêm ninguém de pé, equilibrado na anemia de cambitos anêmicos, finos e frágeis como gravetos secos.

Lá é verdade que o Governo entra no episódio desfrutando a condição de um favoritismo modesto. Depois, impedir a aprovação da emenda do Deputado Righi não chega a se constituir numa façanha. Basta retirar o número contado de parlamentares para negar **quorum** e a emenda despenca-se, num tombo fatal, como a que vitimou a famosa emenda das diretas, do Deputado Dante de Oliveira, a qual levou muito mais jeito de pregar uma peça no Governo agonizante do ex-Presidente João Figueiredo, O Inesquecível.

Certamente que não é cômodo nem confortável para um Governo com os compromissos do que ora braceja em Brasília buscando desesperadamente apoio e aceitação, manobrar nas coxias para impedir a aprovação de emenda que resgata um dos compromissos mais enfáticos da campanha. E depois, o Deputado Gastone Righi está empenhando a fé da sua barba preta, lustrosa e imponente, numa história que enreda o falecido Presidente Tancredo Neves e o seu atarantado sucessor José Sarney nos pontos e nós de compromissos de aceitação da emenda, como louvável iniciativa do Congresso:

Ora, límpida verdade ou apenas um desencontro de interpretação, o Governo mudou de postura e passou a considerar, com razoável sustentação lógica, que a convocação da Constituinte deve integrar-se no plano mais abrangente do pacto nacional, encadeado a todo um programa coerente de reformas e que, uma vez aprovado pelos partidos e pela sociedade, adquira a alta significação de um compromisso do País. Portanto, a convocação da Constituinte em 86 nem está ameaçada nem pendurada em preliminares. Trata-se de uma questão de boa técnica legislativa e de estratégia política.

Se o Congresso, como parece provável, acolher o apelo do Presidente Sarney e derrubar a emenda

Righi, o Governo apenas terá aquele curto instante de alívio para respirar fundo e recuperar o fôlego. Porque a briga não terá terminado.

Com a lealdade enfática da advertência, o Deputado Righi previne o Governo: derrubada a sua emenda, ele e outros não deixarão escapar a oportunidade de apresentar subemenda à emenda que o Executivo promete enviar ao Congresso, estabelecendo a coincidência da eleição presidencial direta em 86 com a eleição da Assembléia Constituinte.

O Deputado está com uma reserva de chumbo grosso para artilharia pesada: Pois essa é a batalha que o Governo não gostaria de travar nesta fase de transição e de sufocos, com tantos problemas a reclamar decisões, articulações e todas elas pousadas numa precária superfície de risco. Não é apenas o resultado de uma emenda encurtando o mandato do Presidente Sarney para a humilhação inaceitável de dois anos ou pouco menos, descartável mandato-tampão, que esvaziaria a autoridade do Governo até para presidir a eleição para a Constituinte. Em política há evidências que não se disfarçam: reduzir o mandato do Presidente Sarney a menos de dois anos tem o mesmo significado e a mesma consequência que depô-lo.

Aqui, como na emenda Righi, são muito remotas as possibilidades de uma sublevação do Congresso, embora o Legislativo não obedeça mais a lideranças nem se importe com partidos. Não faria sentido a Aliança Democrática colocar a corda no próprio pescoço e saltar no espaço, sob os aplausos compungidos do Governador Leonel Brizola. O mandato de Sarney é o mandato da Aliança Democrática, por mais que o PMDB exija nomeações e encolha o corpo na hora de apoiar o Governo.

A maioria absoluta para a eleição de prefeitos caracteriza manobra de maior alcance e mais fácil execução. O truque da regulamentação do emendão constitucional das reformas, se pegar, pode permitir a sua aprovação como projeto de lei, sem a exigência do **quorum** de dois terços. É desses assuntos que não se devem bulir numa véspera de campanha, com os interesses assanhados. Não há, todavia, o que reclamar: os 21 anos de arbítrio deixaram uma bagunça que vai exigir tempo e competência para que cada coisa seja ajeitada no seu lugar.

A derrota da maioria absoluta para a eleição de prefeitos é muito ruim para o Governo. Mas sempre dá para encaixar, com alguns arranhões e alta dose de caradurismo, para sustentar que o Planalto cruzou os braços e deixou que o Congresso decidisse do alto da sua tumultuada autonomia. Não é apenas a derrota em si. Mas, se o Governo der sinal de fraqueza, todo mundo vai tirar vantagem e dobrar o preço do apoio e do voto.

VILLAS-BÓAS CORRÊA
Repórter político do JORNAL DO BRASIL